

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

**Local: Na sala de reuniões da Licitação - Centro Administrativo- Londrina – PR**

**Data: 08 de Setembro de 2015**

**Horário: 08h00 horas (1ª convocação) - 08h30 (2ª convocação)**

1 Aos oito dias do mês de setembro de dois mil e quinze realizou-se reunião ordinária do  
2 Conselho Municipal de Assistência Social de Londrina, na Sala de Licitações, localizada nas  
3 dependências da Prefeitura Municipal de Londrina, sito Av. Duque de Caxias, 635 – Jardim  
4 Mazzei II. Os participantes desta reunião foram registrados em lista de presença devidamente  
5 arquivada. A reunião é iniciada pela presidente Karoline Lombardi em segunda chamada, às  
6 08h40, e imediatamente coloca para aprovação a pauta desta reunião, que tratará dos  
7 seguintes pontos: **1.Leitura e aprovação da pauta; 2.Chamamento; 3.Relato da**  
8 **Comissões; 4.Palavra aberta aos Usuários; 4.Informes; 5.Outros. 6.Reunião Ordinária**  
9 **do dia 01 de Setembro de 2015.** Karoline registra que, na prática, teremos uma pauta  
10 exclusiva para a continuação da discussão do ponto **2.Chamamento**, que foi iniciada na  
11 reunião anterior, a do dia 01/09/2015. Aprovada a pauta, Karoline passa a palavra para  
12 Gisele, que inicia com uma rápida recapitulação do que foi apresentado na reunião anterior.  
13 Gisele registra, preliminarmente, que Tércia iniciou discussões sobre as contratações  
14 necessárias à estruturação dos três CRAS ainda com equipes contratadas via convênio e  
15 informa que foi solicitado o cálculo do impacto financeiro que ocorrerá em 2016 para ser  
16 analisado, sendo que, após contabilizados os remanescentes do projeto de lei anterior, ainda  
17 há a necessidade de criação de 24 (vinte e quatro) cargos de servidores a serem contratados  
18 para esses CRAS. Dos 14 remanescentes daquele projeto de lei, 6 (seis) estão destinados a  
19 esse propósito e o custo de todos já está no orçamento, complementa Sandra Nishimura.  
20 São feitos vários esclarecimentos sobre o quadro funcional, vislumbrando um cenário ideal  
21 para, pelo menos, seis meses de convênio. As discussões continuam e Gisele informa que as  
22 metas serão ajustadas a partir das discussões técnicas, conforme apresentado a este  
23 Conselho. Também se comenta sobre o concurso anunciado na semana passada pela  
24 Prefeitura de Londrina, havendo a informação de que não serão realizadas provas para  
25 Técnicos de Gestão Pública porque o concurso anterior ainda está em validade. As  
26 pendências da reunião passada são retomadas. A primeira trata do valor do Acolhimento  
27 Institucional para Criança e Adolescente, sendo 150 (cento e cinquenta) metas com valor  
28 municipal de R\$ 2.556.037,44 e federal de R\$ 779.994,00. Em relação à Operação Noite Fria,  
29 parte do serviço de Acolhimento Institucional Adulto, a sugestão é que seja avaliada em  
30 separado e componha outro chamamento. Também voltou à discussão a situação atual do  
31 Cupom de Alimentação, dos Serviços de Convivência e da Pequena Missão para Surdos, em  
32 relação aos quais haveria necessidade de maior aporte de financiamento. Houve destaque do  
33 déficit apurado no Cupom com o passar dos anos, da demanda da conferência e da  
34 necessidade de aprofundamento da discussão. Gisele explica que, aplicando-se a partilha  
35 que havia sido apresentada na reunião passada para a Proteção Social Especial, fica um  
36 saldo de R\$ 133.641,70 a ser deliberado. Desse saldo, o conselho já havia autorizado a  
37 utilização de R\$ 30.000,00 nas oficinas do CREAS II, restando o valor de R\$ 103.641,70  
38 ainda por definir. A partir da apuração desse saldo e, tendo em vista as discussões sobre a

**Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

39 proposta de reordenamento do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, Gisele  
40 informou que realizou algumas simulações de partilha, agregando os valores aos propostos  
41 na semana anterior. Ressaltou, ainda, que incluiu nesse exercício a modalidade de  
42 Acolhimento para pessoas adultas, nas ofertas propostas para o chamamento, pois tem sido  
43 debatido que os valores propostos a partir da aplicação de 6% no financiamento atual não  
44 cobrem as despesas dos serviços para o ano de 2016. Gisele, então apresenta os resultados  
45 desse processo e submete à discussão no Conselho. Dividindo-se igualmente o valor  
46 disponível pelas metas de todos os acolhimentos, exceto Casas de Passagem, o Residencial  
47 do Café e a Residência Inclusiva (oferta 4), tem-se a possibilidade de acrescentar R\$ 35,54  
48 no valor de cada meta. Assim, o financiamento da oferta de acolhimento para crianças e  
49 adolescentes em casa-lar passaria de R\$ 1.246,58 para R\$ 1.282,12, do acolhimento para  
50 adultos, oferta padrão, de R\$ 851,22 para R\$ 886,76, Residência Inclusiva (oferta 3) de  
51 R\$ 1.045,63 para R\$ 1.081,17. Dessa forma se cumpriria o acordado no processo de  
52 reordenamento do acolhimento infantil, sem redução de valores e, ainda um acréscimo no  
53 financiamento; além de atender parte da reivindicação do acolhimento adulto, no sentido de  
54 se ampliar um pouco o valor de reajuste. Adriana informa que na semana passada esteve  
55 com a Cirlene na Casa do Bom Samaritano para um debate sobre essa entidade de  
56 acolhimento. Elaine, representante da entidade, registra que na Casa do Bom Samaritano a  
57 situação é delicada até para fechar folha de pagamento, num serviço que vem sendo  
58 realizado há mais de 30 anos. Um dos pontos importantes é trocar os atendentes por  
59 cuidadores. Gisele coloca que na próxima reunião da Comissão de Fundo deverá ser  
60 analisado qual será o desembolso que teremos até o final do ano a fim de se avaliar a  
61 possibilidade de já iniciar a execução dos novos convênios ainda no orçamento de 2015  
62 garantindo, assim, a execução integral do orçamento deste exercício. Sendo assim, para  
63 2016 haveria uma melhor condição para o financiamento dos serviços. O cálculo quanto aos  
64 recursos federais também deve ser feito, para que se avalie o que é necessário gastar em  
65 2015 e com quanto poderíamos contar em 2016, como alternativa, diante da dificuldade  
66 orçamentária que enfrentamos. Neste momento passou-se à discussão de um ponto que já  
67 foi objeto de debates neste conselho, ou seja, o acolhimento de pessoas que, pela condição  
68 de saúde que apresentam, deveriam ser atendidas em unidades da política de saúde, em  
69 residências terapêuticas. Foram feitas várias considerações sobre essa situação e retomados  
70 conteúdos dos debates anteriores, quando se tentou que a Saúde financiasse o atendimento  
71 prestado pela Casa do Bom Samaritano, o que não se viabilizou porque a entidade não tem o  
72 CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde) e, pelas suas características, não  
73 conseguirá viabilizá-lo. Adriana coloca que hoje, sem dados mais precisos, entende que 80%  
74 dos atendidos nos acolhimentos institucionais são “ex-pacientes” psiquiátricos. Durante a  
75 discussão, fica claro que há uma demanda da Saúde sendo atendida pela Assistência Social.  
76 Denise sugere que se busquem novas fontes de recursos para estes casos, que são  
77 notoriamente da Saúde. Marcia lembra que há registros quando, em outras oportunidades,  
78 outras áreas, como a Saúde, foram interpeladas em situações como esta. Concluiu-se que  
79 esse caso deve ser discutido com a participação da Política de Saúde e do Ministério Público.  
80 Paulo sugere que os R\$ 48.000,00 da República sejam novamente analisados para auxiliar o

**Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS**

81 atendimento destes serviços. Marcia propõe que se remeta ao Executivo esta discussão para  
82 apresentação da planilha, com a presença da Secretária de Assistência Social e entidade,  
83 que já registrou que o repasse é insuficiente para manter o serviço. Karoline propõe convidar  
84 o Ministério Público, tanto a Dra. Solange, quanto o Dr. Paulo Tavares; a Saúde Mental e a  
85 Secretária de Assistência Social, para debater este assunto. Voltando à questão  
86 anteriormente em pauta, ou seja, o chamamento público, Gisele coloca que já se sabe que  
87 será necessário implantar a Residência Inclusiva, mas o ponto é, se esse serviço será  
88 viabilizado por uma nova unidade ou se será encaminhada a proposta de transformar os  
89 atendimentos prestados pela Casa do Bom Samaritano (e cuja discussão se fez no momento  
90 anterior) na oferta de Residência Inclusiva. Houve debates sobre esse ponto, chegando-se a  
91 algumas propostas para o acolhimento adulto, que foram colocadas em votação: a) 116  
92 metas na oferta padrão, com financiamento de R\$ 886,76 por meta; 21 metas na Casa de  
93 Passagem a R\$ 1.573,85 por meta; 3 metas na Residência Inclusiva (oferta 3) a R\$ 1.081,17;  
94 40 metas na Residência Inclusiva 2 (oferta 4) a R\$ 938,64; b) 145 metas na oferta padrão,  
95 com financiamento de R\$ 853,40 por meta; 21 metas na Casa de Passagem a R\$ 1.573,85  
96 por meta; 3 metas na Residência Inclusiva a R\$ 1.081,17 (oferta 3); ficando a Residência  
97 Inclusiva 2 (oferta 4) em aberto para a implantação com outra parceira a compor  
98 chamamento específico; c) 116 metas na oferta padrão, com financiamento de 886,76 por  
99 meta; 21 metas na Casa de Passagem a R\$ 1.573,85 por meta; 3 metas na Residência  
100 Inclusiva (oferta 3) a R\$ 1.081,17 por meta; 29 metas na Residência Inclusiva 2 (oferta 4) a  
101 R\$ 1.294,00. Em todas as propostas a Operação Noite Fria foi suprimida para compor  
102 chamamento específico. Após defesas de propostas, realizou-se a votação, prevalecendo a  
103 proposta c. Registre-se que a lista de presença é documento integrante desta ata. Os demais  
104 pontos de pauta foram transferidos para serem pautados assim que possível. Sendo o que se  
105 tinha a ser discutido a reunião é encerrada às 12h. Sendo o que havia a ser relatado, eu,  
106 Eloyr Doin Pacheco, 1º Secretário deste Conselho, redijo a presente ata que será  
107 encaminhada para apreciação e aprovação.